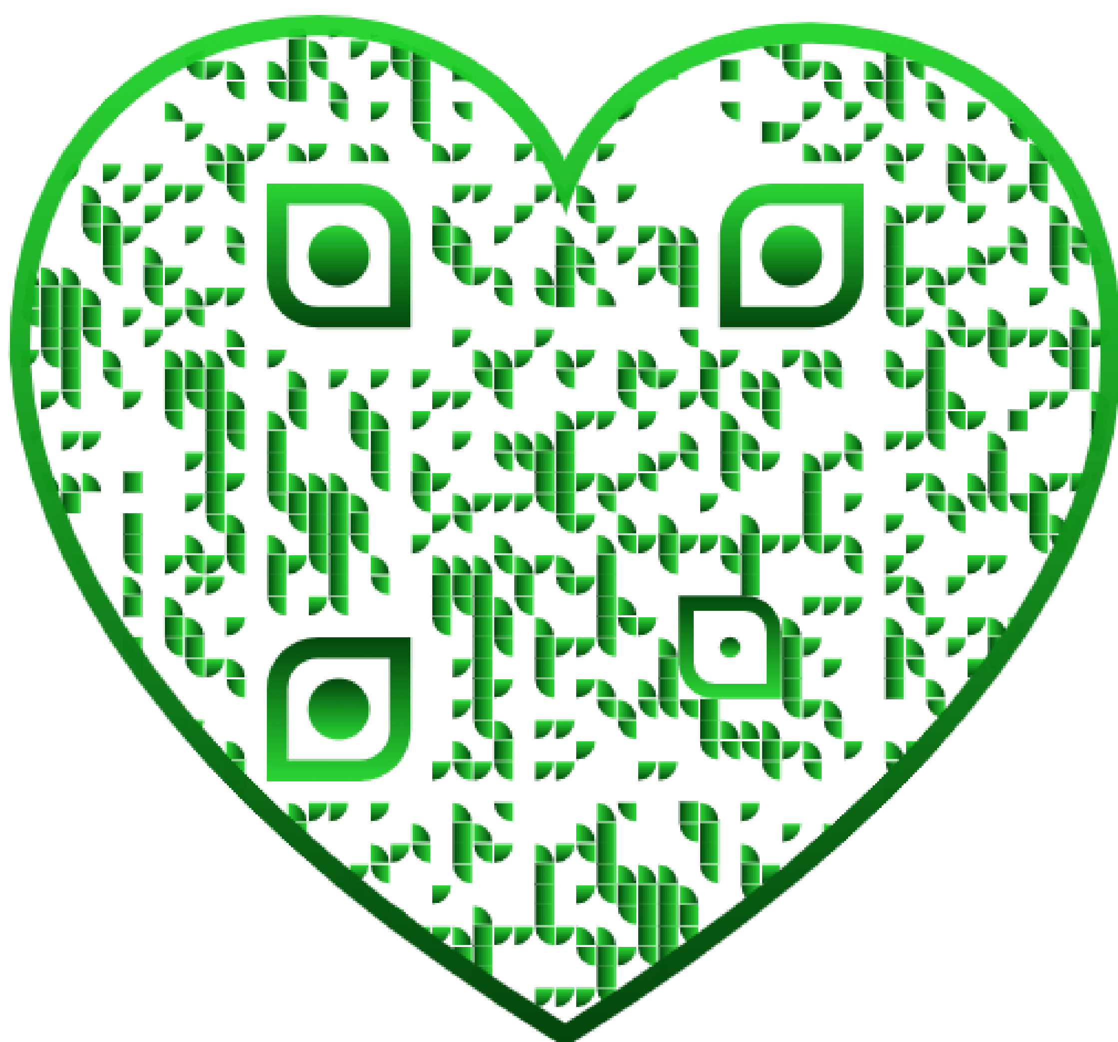


TSE

Noções de Direito Eleitoral - 2024 (Pós-Edital)







ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO CLICANDO ABAIXO





RESTRICTED
R
TRILHA DO CONCURSEIRO
®



TRILHA DO CONCUREIRO

APROVADO

GRUPO CORREIO

CLIQUE AQUI

APROVADO

APROVADO

GRUPO TODOS OS CONCURSOS

CLIQUE AQUI

APROVADO

APROVADO

GRUPO CARREIRAS BANCARIAS

CLIQUE AQUI

APROVADO

RESTRICTED


R

TRILHA DO CONCURSEIRO ®

Sumário

Introdução ao Estudo do Direito Eleitoral 2

Direitos e Partidos Políticos 6

Disposições Preliminares do Código Eleitoral 12

Justiça Eleitoral 13

Alistamento Eleitoral 23

Partidos Políticos 24



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso







AULA EXTRA – QUESTÕES CESPE

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO ELEITORAL

1. (CESPE/MP-PA – 2023) Assinale a opção que indica corretamente uma fonte material do direito eleitoral.

A) lei orgânica dos partidos políticos

B) Código Civil

C) resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

D) fatos sociais que impactam na produção de normas eleitorais

E) respostas do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) a consultas

Comentários

No âmbito do direito eleitoral, as fontes podem ser de duas origens: materiais ou formais.

Fontes materiais:

> são os múltiplos fatores que influenciam o legislador em seu trabalho de criar normas jurídicas. Tais fatores podem compreender diversas tendências psicológicas, **fenômenos e dados presentes no ambiente social,** envolvendo pesquisas de ordem histórica, econômica, religiosa, axiológica, moral, política, psicológica, sociológica, entre outras. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

Fontes formais:

> Diferentemente, as fontes formais designam os "processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória, isto é, com vigência e eficácia no contexto de uma estrutura normativa" (REALE, 1994, p. 140). Em outras palavras, trata-se dos veículos ou meios em que os juízos jurídicos são fundamentados.. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

Assim, dentre as alternativas, a única que se enquadra como fonte material é a **alternativa D**, uma vez que assim devem ser classificados os "fatos sociais que impactam na produção de normas eleitorais"

As demais alternativas são tidas como fontes formais.

2. (CESPE/MP-AM – 2023) No direito eleitoral, as fontes formais estatais, que são aquelas elaboradas pelo Estado e que devem ser seguidas por todos no país, incluem, entre outras,

I a Constituição Federal de 1988 (CF).

II a consulta.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

III a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 9.096/1995)

IV a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar n.º 64/1990).

V as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Assinale a opção correta.

A) Apenas os itens I e V estão certos.

B) Apenas os itens II e V estão certos.

C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

No âmbito do direito eleitoral, as fontes podem ser de duas origens: materiais ou formais.

Fontes materiais:

> são os múltiplos fatores que influenciam o legislador em seu trabalho de criar normas jurídicas. Tais fatores podem compreender diversas tendências psicológicas, **fenômenos e dados presentes no ambiente social,** envolvendo pesquisas de ordem histórica, econômica, religiosa, axiológica, moral, política, psicológica, sociológica, entre outras. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

Fontes formais:

> Diferentemente, as fontes formais designam os "processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória, isto é, com vigência e eficácia no contexto de uma estrutura normativa" (REALE, 1994, p. 140). Em outras palavras, trata-se dos veículos ou meios em que os juízos jurídicos são fundamentados.. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

As fontes formais são ainda divididas em: (i) fontes formais estatais; (ii) fontes formais não estatais.

Fontes formais não estatais:

> As fontes formais não estatais referem-se a princípios não positivados e a negócio jurídico (contrato). Como exemplo deste último, podem-se citar o estatuto de partido político, o acordo de vontade firmado entre partidos e candidatos com o fim de estabelecer regras para debate na televisão.

Fontes formais estatais:


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

> As fontes formais estatais consistem em normas jurídicas emanadas do Estado, em geral decorrentes de regular processo legislativo, constitucional ou infraconstitucional. Aqui são estabelecidos princípios e regras a serem seguidos por todos (princípio da generalidade).

Todos os itens citados (a Constituição Federal de 1988 (CF); a consulta; a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 9.096/1995) ; a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar n.º 64/1990); as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral) são tidas como fontes formais ESTATAIS, de modo que se encontra correta a **alternativa E**.

3. (CESPE/MP-BA – 2023) No que se refere a princípios e conceitos básicos afetos ao direito eleitoral, assinale a opção correta.

A) À luz da tipologia que distingue democracia direta e indireta, constata-se que a Constituição Federal de 1988 consagra um modelo misto de democracia.

B) Plebiscito é a consulta popular a respeito de ato legislativo ou administrativo já editado.

C) Por previsão legal, um projeto de lei de iniciativa popular a ser apresentado à Câmara dos Deputados poderá ser subscrito por um número de eleitores menor que o exigido para se demonstrar o caráter nacional de um partido político.

D) O termo sufrágio designa exclusivamente a capacidade eleitoral ativa, o direito de votar.

E) A Constituição Federal de 1988 veda a realização de consultas populares concomitantemente às eleições municipais.

Comentários

A **alternativa A** está correta. O modelo consagrado pelo brasil é o misto, envolvendo aspectos da democracia direta com aspectos da democracia indireta. Sobre o tema, vejamos as lições de José Jairo Gomes:

> O modelo clássico é a democracia **direta**. Por ela procura-se realizar o ideal de autogoverno, no qual os cidadãos participam das decisões governamentais. (...) **Indireta** é a democracia **representativa**. Nela os cidadãos escolhem aqueles que os representarão no governo. Os eleitos recebem um mandato. A participação das pessoas no processo político se dá, pois, na escolha dos representantes ou mandatários

No brasil tanto adotamos a democracia direta, quanto a indireta, nos termos do que dispõe a Constituição Federal.

> Art. 1º. (...) Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes **eleitos** ou **diretamente**, nos termos desta Constituição.

Assim, a assertiva A está certa.

A **alternativa B** está incorreta. O plebiscito é convocado ANTES do ato legislativo ou administrativo. Nesse sentido:


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




> Lei 9.709/1998. Art. 2o Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
>
> § 1o O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
>
> § 2o O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

A **alternativa C** está incorreta. Para a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular exige-se número MAIOR do que o previsto para se demonstrar o caráter nacional do partido. Vejamos:

Apresentação de projeto de lei de iniciativa popular:

> Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, **um por cento** do **eleitorado nacional**, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Demonstração do caráter nacional do partido:

> Lei 9.096/1995. Art. 7º. § 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoiamento de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, **0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados**, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

Assim, a assertiva está incorreta.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo José Jairo Gomes, o termo sufrágio:

> é a essência dos direitos políticos, porquanto enseja a participação popular no governo, sendo este o responsável pela condução do Estado. Apresenta duas dimensões: uma ativa, outra passiva. A primeira é a capacidade eleitoral ativa – ou cidadania ativa – e significa o direito de votar, de eleger representantes. **A segunda é a capacidade eleitoral passiva** – jus honorum ou cidadania passiva – e significa o direito de ser votado, de ser eleito, de ser escolhido em processo eleitoral.

Assim, por também abranger a capacidade eleitoral passiva, a assertiva está incorreta.

A **alternativa E** está incorreta. Há expressa previsão na Constituição Federal acerca da possibilidade:


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




> CRFB/88. Art. 14. (...) § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

DIREITOS E PARTIDOS POLÍTICOS

4. (CESPE/MP-AM – 2023) É efeito jurídico da perda e da suspensão dos direitos políticos

I. o cancelamento da filiação partidária.

II. a perda de mandato eletivo.

III. a impossibilidade de ajuizar ação popular.

IV. a impossibilidade do exercício da iniciativa popular.

V. o impedimento de votar e ser votado.

Assinale a opção correta.

A) Apenas os itens I e III estão certos.

B) Apenas os itens IV e V estão certos.

C) Apenas os itens I, II e V estão certos.

D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

As hipóteses de perda e suspensão dos direitos políticos vêm expressas no artigo 15 da CRFB/88:

> CRFB/88. Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
>
> I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
>
> II - incapacidade civil absoluta;
>
> III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
>
> IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
>
> V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

José Jairo Gomes aponta diversos efeitos das referidas privações dos direitos políticos:



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso





APONTE SUA CAMERA

> Ressalte-se que a perda ou a suspensão de direitos políticos podem acarretar várias consequências jurídicas, como a suspensão ou mesmo o cancelamento do alistamento e, pois, a exclusão do corpo de eleitores (CE, art. 71, II), a suspensão ou o cancelamento da filiação partidária (LPP, art. 22, II), a perda de mandato eletivo (CF, art. 55, IV, § 3o), a perda de cargo ou função pública (CF, art. 37, I, c.c. Lei no 8.112/90, art. 5o, II e III), o impedimento para se ajuizar ação popular (CF, art. 5o, LXXIII), o impedimento para votar ou ser votado (CF, art. 14, § 3o, II) e para exercer a iniciativa popular (CF, art. 61, § 2o).

Assim, **todos os itens estão CERTOS.** Vejamos os fundamentos legais para tanto.

Cancelamento da filiação partidária (**ITEM I**):

> Lei 9.096/1995. Art. 22. O cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se nos casos de:
>
> II - perda dos direitos políticos;

Perda do mandato eletivo (**ITEM II**):

> CRFB/88. Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador: IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

Impossibilidade de ajuizar ação popular (**ITEM III**):

> CRFB/88. Art. 5º. (...) LXXIII - qualquer **cidadão** é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Impossibilidade do exercício da iniciativa popular (**ITEM IV**):

> CRFB/88. Art. 61. (...) § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do **eleitorado nacional**, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Impedimento de votar e ser votado (**ITEM V**):

> Código eleitoral. Art. 71. São causas de cancelamento: II – a suspensão ou perda dos direitos políticos;

Assim, deveria ser assinalada a **alternativa E**.

5. (CESPE/MP-AM – 2023) A respeito do sufrágio, julgue os itens a seguir.



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso







I O sufrágio é um direito, e o voto representa seu exercício.

II O sufrágio residual decorre do princípio da isonomia: os cidadãos são equiparados, igualados, colocados no mesmo plano.

III O voto indireto constitui regra no sistema brasileiro.

IV A expressão escrutínio pode referir-se tanto ao 1.º quanto ao 2.º turno de votação.

V O voto impresso, criado para dar transparência e confiabilidade às urnas eletrônicas, foi declarado inconstitucional pelo STF.

Estão certos apenas os itens

A) II e III.

B) I, II e IV.

C) I, IV e V.

D) II, III e V.

E) I, III, IV e V.

Gabarito: C

Comentários

O **ITEM I** está correto. Sobre o sufrágio dispõe José Jairo Gomes:

> O sufrágio é a essência dos direitos políticos, porquanto enseja a participação popular no governo, sendo este o responsável pela condução do Estado. Apresenta duas dimensões: uma ativa, outra passiva. A primeira é a capacidade eleitoral ativa – ou cidadania ativa – e significa o direito de votar, de eleger representantes. A segunda é a capacidade eleitoral passiva – jus honorum ou cidadania passiva – e significa o direito de ser votado, de ser eleito, de ser escolhido em processo eleitoral. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

O referido doutrinador ainda faz a correta diferenciação entre sufrágio e voto, tal qual consta no item:

> Sufrágio e voto não se confundem. Enquanto o sufrágio é um direito, o voto representa seu exercício. Em outras palavras, o voto é a concretização do sufrágio. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

O **ITEM II** está incorreto. Na realidade, a assertiva trouxe o conceito de sufrágio IGUAL. Nesse sentido as lições de José Jairo Gomes:

> O sufrágio igual decorre do princípio da isonomia. Os cidadãos são equiparados, igualados, colocados no mesmo plano. O voto de todos apresenta idêntico peso político, independentemente de riquezas, idade, grau de instrução, naturalidade ou gênero. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

O **ITEM III** está incorreto. Na realidade, o voto indireto é a **exceção**:

> O voto indireto constitui **exceção** no sistema brasileiro. Dá-se a eleição indireta no caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial. Nesse caso, manda o art. 81, § 1o, da Lei Maior que a eleição para ambos os cargos seja feita pelo Congresso Nacional 30 dias depois da última vacância. Esse preceito constitucional pode estender-se aos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, no caso de dupla vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, desde que tenham editado leis nesse sentido (STF – ADI 3.549/GO – Rel. Min. Cármen Lúcia – DJ 31-10-2007, p. 77; ADI-MC no 1.057/BA – Rel. Min. Celso de Mello – DJ 6-4-2001, p. 65). (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

O **ITEM IV** está correto. Sobre o escrutínio, José Jairo Gomes traz três acepções do termo, dentre elas, a que seria sinônimo de turno. Nesse sentido:

> Escrutínio designa a maneira como o processo de votação se perfaz, isto é, o modo como o voto se concretiza. (...) também identifica o processo de apuração dos votos depositados na urna. (...) Designa, por fim, "o número de vezes que os mesmos eleitores são chamados a votar na mesma eleição" (Souza, 1984). É sinônimo de turno. De maneira que se pode dizer que a eleição se deu em primeiro ou segundo escrutínio. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

O **ITEM V** está correto. O voto impresso, de fato, foi declaro inconstitucional pelo STF:

> "Constitucional. Eleitoral. Art. 5o da Lei no 12.034/2009: impressão de voto. Plausibilidade jurídica dos fundamentos postos na ação. Sigilo do voto: direito fundamental do cidadão. Vulneração possível da urna com o sistema de impressão do voto: inconsistências provocadas no sistema e nas garantias dos cidadãos. Inconstitucionalidade da norma. Cautelar deferida. **1. A exigência legal do voto impresso no processo de votação, contendo número de identificação associado à assinatura digital do eleitor, vulnera o segredo do voto, garantia constitucional expressa.** 2. A garantia da inviolabilidade do voto põe a necessidade de se garantir ser impessoal o voto para garantia da liberdade de manifestação, evitando-se qualquer forma de coação sobre o eleitor. 3. A manutenção da urna em aberto põe em risco a segurança do sistema, possibilitando fraudes, impossíveis no atual sistema, o qual se harmoniza com as normas constitucionais de garantia do eleitor. 4. Cautelar deferida para suspender a eficácia do art. 5o da Lei no 12.034/2009" (STF – ADI MC 4.543/DF – Rel. Min. Cármen Lúcia – DJe 2-3-2012).

É importante ressaltar, no entanto, ser polêmica a afirmação de que o voto impresso teria sido criado a fim de dar transparência às eleições e às urnas eletrônicas vez que, segundo a doutrina, o que aconteceria seria o contrário: retrocesso. Nesse sentido:

> Afirma-se que a impressão do voto imporia retrocesso no sistema eleitoral brasileiro, que é eletrônico e informatizado, e em relação ao qual jamais se demonstrou ter havido fraude. Além do aumento do gasto com a realização das eleições, problemas poderiam surgir com


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




> a impressão, pois esse processo é realizado por impressora mecânica; é comum, por exemplo, a impressora "engasgar" com o papel. (GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023)

Correta, portanto, a **alternativa C,** vez que corretos os itens I, IV e V.

6. (CESPE/Pref Fortaleza - 2023) Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta anos de idade.

Comentários

A questão está **incorreta**. O voto é facultativo para os maiores de 70 (setenta) anos e não 60 como trouxe a assertiva. Nesse sentido dispõe a Constituição Federal (CF)

> CF. Art. 14. § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:
>
> I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
>
> II - facultativos para:
>
> a) os analfabetos;
>
> b) os maiores de **setenta** anos;
>
> c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

7. (CESPE/ALE-CE - 2021) A suspensão de direitos políticos se dará no caso de

A) improbidade praticada por qualquer agente público.

B) incapacidade civil.

C) cancelamento da naturalização.

D) condenação criminal.

E) perda da função pública por ato de improbidade.

Comentários

As hipóteses de perda e suspensão dos direitos políticos estão previstas no art. 15 da Constituição Federal:

> Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
>
> I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

> II - incapacidade civil absoluta;
>
> III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
>
> IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
>
> V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Quando for praticado ato de improbidade administrativa, ocorre a suspensão dos direitos políticos, de acordo com o inciso V.

A **alternativa B** está incorreta. Apenas a incapacidade civil absoluta implica suspensão dos direitos políticos, a relativa não.

A **alternativa C** está incorreta. O cancelamento de naturalização gera a perda dos direitos políticos, não a suspensão.

A **alternativa D** está incorreta. Exige-se que a condenação criminal tenha transitado em julgado para que haja suspensão dos direitos políticos.

A **alternativa E** está incorreta. Não se exige que tenha sido aplicada a pena de perda da função pública para que a prática de ato de improbidade gere a suspensão dos direitos políticos.

8. (CESPE/CEBRASPE – PC-AL - 2021) Acerca dos direitos sociais, da nacionalidade e dos direitos políticos, julgue o item seguinte.
A condenação judicial por prática de ato de improbidade administrativa acarreta a cassação dos direitos políticos.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. A condenação por prática de ato de improbidade administrativa é caso de suspensão dos direitos políticos previsto no art. 15 V da CF. O mesmo artigo 15 da CF veda a cassação dos direitos políticos.

9. (CESPE/CEBRASPE – DEPEN - 2021) Julgue o item que se segue, relativos a disposições constitucionais.
Em razão da condenação criminal transitada em julgado, os direitos políticos do apenado são cassados.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. Veja como o examinador cobra essa questão, fique atento não há previsão de cassação dos direitos políticos, pelo contrário há expressa vedação no art. 15 da CF.

10. (CESPE/CEBRASPE – MPE/CE - 2021) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso

APONTE SUA CAMERA

Os analfabetos não podem registrar-se como eleitores.

Comentários

Está **incorreta** a assertiva. Os analfabetos podem se alistar como eleitores. A constituição federal faculta o alistamento e o voto para eles no art. 14 §1º II "a". O que o analfabeto não pode é se eleger.

11. (CESPE/CEBRASPE – PC-SE - 2021) A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.
No tocante às limitações ao exercício da vida política, além de hipóteses de inelegibilidade, nas quais se macula a capacidade eleitoral passiva, o constituinte elencou situações de perda ou suspensão dos direitos políticos, a exemplo da incapacidade civil absoluta, quando se restringem tanto a capacidade eleitoral ativa quanto a passiva.

Comentários

Está **correta** a assertiva. A assertiva exige do candidato o conhecimento dos diferentes efeitos causados pela inelegibilidade e pela perda ou suspensão dos direitos políticos. Como vimos, no caso de inelegibilidade apenas a capacidade eleitoral passiva é afetada ficando o indivíduo impedido de se candidatar a qualquer cargo político. Já no caso de perda ou suspensão dos direitos políticos são afetadas a capacidade eleitoral ativa e passiva, não podendo o indivíduo votar ou ser votado.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CÓDIGO ELEITORAL

12. (CESPE/MPE-TO – 2022) Sabendo que em 2022 haverá eleições majoritárias e proporcionais, assinale a opção correta, em relação ao título eleitoral

A) O requerimento de inscrição eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e vinte dias anteriores à data da eleição.

B) O requerimento de transferência de domicílio eleitoral poderá ser protocolado dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

C) O requerimento de segunda via do título eleitoral poderá ser protocolado dentro dos trinta dias anteriores à data da eleição se o eleitor estiver fora do seu domicílio eleitoral.

D) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.

E) A entrega do título eleitoral resultante do pedido de inscrição eleitoral deve ocorrer até sessenta dias antes à data da eleição.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Na verdade, o requerimento de inscrição eleitoral deve ser apresentado até 150 dias antes à data da eleição, não 120 dias, de acordo com o art. 91 da Lei n. 9.504/1997:


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

> Art. 91. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinqüenta dias anteriores à data da eleição.

A **alternativa B** está incorreta. Ainda de acordo com o artigo acima, não se admite o protocolo de pedidos de inscrição eleitoral nos 150 dias que antecedem a data da eleição.

A **alternativa C** está incorreta. A segunda via pode ser requerida até 10 dias antes da eleição, conforme o art. 52 do Código Eleitoral:

> Art. 52. No caso de perda ou extravio de seu título, requererá o eleitor ao juiz do seu domicílio eleitoral, até 10 (dez) dias antes da eleição, que lhe expeça segunda via.

As **alternativas D** e **E** estão incorretas. Conforme o art. 114 do Código Eleitoral, os títulos devem estar prontos para entrega até 70 dias antes da data das eleições, não 60, tanto no caso de inscrição quanto no de transferência:

> Art. 114. Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor, ou transferência, já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

Como todas as alternativas estão incorretas, a questão foi **anulada**.

JUSTIÇA ELEITORAL

13. (CESPE/MP-AM – 2023) Em relação à justiça eleitoral, julgue os itens subsequentes.

I A justiça eleitoral desempenha sua função administrativa ao preparar, organizar e administrar o processo eleitoral.

II Compete ao TSE julgar originariamente o registro de candidatura ao cargo de senador.

III Não há impedimento legal para que cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o segundo grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, venham a compor o TSE na qualidade de magistrados.

IV Compete privativamente ao tribunal regional eleitoral propor diretamente ao Congresso Nacional a criação ou supressão de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item III está certo.

C) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

E) Todos os itens estão certos.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Comentários:

O **ITEM I** está correto. Preparar, organizar e administrar o processo eleitoral são, de fato, atribuições oriundas da função administrativa da justiça eleitoral. Sobre a função administrativa, vejamos as lições de José Jairo Gomes:

> No âmbito administrativo, a Justiça Eleitoral desempenha papel fundamental, porquanto prepara, organiza e administra todo o processo eleitoral. que caracteriza a função administrativa é a inexistência de conflito ou lide para ser resolvida. (...) Há o exercício de função administrativa, por exemplo, na expedição de título eleitoral, na inscrição de eleitores, na transferência de domicílio eleitoral, na fixação de locais de funcionamento de zonas eleitorais, na designação de locais de votação.

O **ITEM II** está incorreto. Trata-se, na realidade, de competência do Tribunal REGIONAL eleitoral e não do TSE.

> Código Eleitoral. Art. 29. Compete aos tribunais regionais:
>
> I – processar e julgar originariamente:
>
> a) o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governadores, e membro do Congresso Nacional e das assembleias legislativas;

O **ITEM III** está incorreto. Há sim IMPEDIMENTO.

> Código Eleitoral. Art. 16. (...) § 1º Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.

O **ITEM IV** está incorreto. A proposta não é feita diretamente ao Congresso Nacional, sendo necessária a intermediação do TSE.

> Código Eleitoral. Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos tribunais regionais: II – organizar a sua Secretaria e a Corregedoria Regional, provendo-lhes os cargos na forma da lei, e propor ao Congresso Nacional**, por intermédio do Tribunal Superior** a criação ou supressão de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

Assim, apenas o **ITEM I** está correto, motivo pelo qual deveria ter sido assinalada a **alternativa A**.

14. (CESPE/MP-TO – 2022) No que se refere à composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os seguintes itens.

I Entre os membros incluem-se dois juízes indicados pelo presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

II Entre os membros incluem-se três ministros eleitos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

III O corregedor do TSE é eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o tribunal.

IV O presidente do TSE é eleito entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça que compõem o tribunal e o seu vicepresidente, entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e IV.

C) III e IV.

D) I, II e III.

E) II, III e IV.

Comentários

A composição do TSE é prevista no seguinte dispositivo da Constituição Federal:

> Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:
>
> I - mediante eleição, pelo voto secreto:
>
> a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
>
> b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;
>
> II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
>
> Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Para esquematizar, temos a seguinte situação:

STF: 3 juízes (Presidente e vice-presidente eleitos dentre esses membros)

STJ: 2 juízes (corregedor eleito dentre esses membros)

Classe de advogados: 2 juízes.

Feito isso, vamos às alternativas.

O **ITEM I** foi considerado **correto** pela banca. Conforme o inciso II do artigo 119, de fato, entre os membros do TSE incluem-se dois juízes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral. Apesar


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

disso, **a assertiva deveria ter sido considerada incorreta**. Isso porque a indicação é feita pelo STF e não pelo Presidente da República.

Indicação dos advogados: STF.

Nomeação: Presidente da República.

Sem qualquer justificativa plausível, no entanto, a banca manteve o gabarito.

O **ITEM II** está correto. Conforme ressaltado, a alínea A do inciso I do artigo 119, estabelece que dentre os membros do TSE, 3 são oriundos do STF.

O **ITEM III** está incorreto. O corregedor é eleito dentre os ministros do STJ.

O **ITEM IV** está incorreto. O Presidente e o Vice-Presidente do TSE são eleitos dentre os ministros do STF.

Assim, o gabarito da banca foi **alternativa A**. Apesar disso, conforme ressaltado, entendo que a questão deveria ter sido anulada.

15. (CESPE/TJ-MA – 2022) Assinale a opção correta no que se refere a ações e procedimentos eleitorais.

A) Se o recorrente não arguir violação constitucional ao interpor recurso contra decisão de tribunal regional eleitoral, preclusa ficará a matéria quando da decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

B) Compete ao Ministério Público Eleitoral a apuração das transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade do voto.

C) Para a configuração de ato abusivo eleitoral, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.

D) A arguição de inelegibilidade de deputado federal é feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.

E) Na ação de impugnação de registro de candidatura, o juiz ou tribunal formará sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, desde que alegados pelas partes, de forma fundamentada.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Ela contraria o disposto no Código Eleitoral, vez que, segundo a literalidade da norma, em se tratando de matéria constitucional não haverá preclusão.

> Código Eleitoral. Art. 259. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, **salvo** quando neste se discutir matéria constitucional.

A **alternativa B** está incorreta. A apuração não compete ao Ministério Público, mas sim ao corregedor-geral e corregedor regional eleitoral.

> Código Eleitoral. Art. 19. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

A **alternativa C** está correta. Trata-se do entendimento do TSE acerca do assunto:

"[...] Abuso de poder político. Art. 22, caput , da LC 64/90. Evento comemorativo. Aniversário da cidade. Gravidade. Inexistência. [...] nos termos do art. 22, XVI, da LC 64/90, 'para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam'. (Ac. de 20.5.2021 no AgR-REspEl nº 23854, rel. Min. Luis Felipe Salomão.)

A **alternativa D** está incorreta. Compete ao TRE.

LC 64/1990. Art. 2º Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as argüições de inelegibilidade. Parágrafo único. A argüição de inelegibilidade será feita perante:

I - o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República;

II - os **Tribunais Regionais Eleitorais**, quando se tratar de candidato a Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, **Deputado Federal**, Deputado Estadual e Deputado Distrital;

III - os Juízes Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

A **alternativa E** está incorreta. Ainda que não alegado pelas partes, poderá ser objeto de análise.

LC 64/90. Art. 23. O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, **ainda que não indicados ou alegados pelas partes**, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral

16. (CESPE/MP-AM – 2023) No que se refere ao Ministério Público Eleitoral (MPE), assinale a opção correta.

A) Partidos políticos, candidatos, veículos de imprensa ou cidadãos podem formular consulta ao MPE para esclarecer dúvidas sobre como proceder no período eleitoral.

B) Os membros do MPE não se submetem à vedação de filiação partidária, independentemente do prazo de desincompatibilização.

C) A atuação do MPE perante o TSE é de competência do promotor eleitoral.

D) O cargo de procurador-geral eleitoral é exercido pelo procurador-geral da República.

E) O membro do MPE atua durante todo o processo eleitoral, exceto na fase de diplomação dos candidatos eleitos.

Gabarito: D


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Comentários

A **alternativa A** está incorreta. MP não respondem consultas. As consultas consistem na atribuição conferida aos TREs e ao TSE para responder questionamentos em matéria eleitoral feitos por autoridades competentes, desde que não se refira a um caso concreto propriamente.

Percebe-se, desse modo, que as consultas são privativas do TSE e do TRE, ante o disposto no Código Eleitoral:

> "Art. 23. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:
>
> […] XII – responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político;
>
> Art. 30. Compete, ainda, privativamente, aos Tribunais Regionais:
>
> […] VIII – responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;"

A **alternativa B** está incorreta. Há expressa vedação constitucional do exercício de atividade político-partidária dos membros do Ministério Público.

> CRFB/88. Art. 128. O Ministério Público abrange:
>
> § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:
>
> e) exercer atividade político-partidária; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Sobre o tema, leciona a doutrina de José Jairo Gomes, afirmando a hipótese se tratar de uma exceção à regra que impõe a filiação partidária.

> Há **exceções** à regra que impõe a prévia filiação partidária. Referem-se elas a agentes públicos que, por determinação constitucional, não podem dedicar-se a atividades político-partidárias. É o caso de magistrados (CF, art. 95, parágrafo único, III), membros do Ministério Público (CF, art. 128, § 5o, II, e), ministros do Tribunal de Contas da União (CF, art. 73, § 3o) e militares (CF, art. 142, § 3o, V).

O tema é corroborado, ainda, pelo disposto na LC 75/1993, que assim dispõe:

> LC 75/1993. Art. 80. A filiação a partido político impede o exercício de funções eleitorais por membro do Ministério Público até dois anos do seu cancelamento.

A **alternativa C** está incorreta. A atuação no TSE é feita pelo Procurador-Geral Eleitoral.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

LC 75/1993. Art. 74. Compete ao Procurador-Geral Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Superior Eleitoral.

A **alternativa D** está correta. Trata-se do disposto na LC 75/1993.

LC 75/1993. Art. 73. O Procurador-Geral Eleitoral é o Procurador-Geral da República.

A **alternativa E** está incorreta. A atuação se dá em TODO o processo eleitoral.

LC 75/1993. Art. 72. Compete ao Ministério Público Federal exercer, no que couber, junto à Justiça Eleitoral, as funções do Ministério Público, atuando em **todas** as fases e instâncias do processo eleitoral

17. (CESPE/MP-SE – 2022) O promotor de justiça eleitoral exerce as funções de Ministério Público Federal perante

A) as juntas eleitorais, apenas.

B) o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais, os juízes e as juntas eleitorais.

C) os tribunais regionais eleitorais, os juízes e as juntas eleitorais.

D) os juízes e as juntas eleitorais.

E) os juízes eleitorais, apenas.

Comentários

Sobre o tema, vejamos o que dispõe a LC 75/1993:

LC 75/93. Art. 78. As funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os Juízes e Juntas Eleitorais serão exercidas pelo Promotor Eleitoral.

Assim, a função é exercida nos juízes e juntas eleitorais, motivo pelo qual a **alternativa D** está correta.

18. (CESPE/MPE-TO – 2022) No que se refere à composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os seguintes itens.

I Entre os membros incluem-se dois juízes indicados pelo presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.

II Entre os membros incluem-se três ministros eleitos entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

III O corregedor do TSE é eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal que compõem o tribunal.

IV O presidente do TSE é eleito entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça que compõem o tribunal e o seu vice-presidente, entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e IV.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso



APONTE SUA CAMERA

C) III e IV.

D) I, II e III.

E) II, III e IV.

Comentários

A questão exige conhecimento do art. 119 da Constituição Federal, que dispõe sobre o TSE:

> Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:
>
> I - mediante eleição, pelo voto secreto:
>
> a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
>
> b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;
>
> II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
>
> Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

A **assertiva I** está correta. Conforme o inciso II, dois dos juízes serão escolhidos pelo Presidente da República dentre seis advogados indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

A **assertiva II** está correta. De acordo com o inciso I, "a", três dos juízes são eleitos, por voto secreto, dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

A **alternativa III** está incorreta. Na verdade, consoante o parágrafo único, o Corregedor será escolhido dentre os ministros do STJ, não do STF.

A **alternativa IV** está incorreta. Tanto o presidente quanto o vice são escolhidos dentre os ministros do STF, de acordo com o parágrafo único.

Como as assertivas I e II estão corretas, a **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão.

19. (CESPE/MPE-AP - 2021) Assinale a opção que relaciona, sequencialmente, órgãos do MPE, o grau de jurisdição em que eles atuam e as matérias que lhes competem originariamente.

A) promotores eleitorais – tribunais regionais eleitorais – eleições federais, estaduais e distritais

B) promotores eleitorais – tribunais regionais eleitorais – eleições municipais

C) promotores eleitorais – juízes eleitorais – eleições federais, estaduais e distritais


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

D) procuradores regionais eleitorais – tribunais regionais eleitorais – eleições federais, estaduais e distritais

E) procuradores regionais eleitorais – juízes eleitorais – eleições municipais

Comentários

A **alternativa A, B e C** estão incorretas. O promotor eleitoral atuará perante o juiz eleitoral e a junta eleitoral nas eleições Municipais.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

A **alternativa E** está incorreta. O procurador regional eleitoral atuará perante o TRE nas eleições federais estaduais e distritais.

20. (CESPE/MPE-SC - 2021) Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue o item a seguir.

O regime democrático e o princípio da separação dos poderes restringem a atuação do Ministério Público Eleitoral ao âmbito judiciário, a partir da deflagração do processo eleitoral.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. De acordo com o art. 127 da CF uma das funções do MP é a defesa do regime democrático logo seria contraditório afirmar que o regime democrático restringiria a atuação do MP. Além disso o MP terá atuação ampla no âmbito eleitoral.

21. (CESPE/MPE-SC - 2021) Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue o item a seguir.

O princípio da independência funcional veda ao procurador geral da República acumular encargos próprios do procurador-geral eleitoral.

Comentários

A assertiva está **incorreta**. De acordo com o art. 18 do CE cabe ao Procurador Geral da República atuar como o Procurador Geral Eleitoral junto ao TSE.

22. (CESPE/MPE-SC - 2021) Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue o item a seguir.

Define-se promotor eleitoral como o promotor de justiça integrante do Ministério Público estadual que atua perante os Juízes eleitorais e as juntas eleitorais nas eleições municipais.

Comentários

A assertiva foi considerada **incorreta** pela banca. Como vimos, na prática as funções do promotor eleitoral serão exercidas pelo MP estadual, aplica-se o Princípio da Delegação. Porém a LC 75/13 afirma que as funções serão exercidas pelo MP Federal. Veja o texto legal:


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Art. 78. As funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os Juízes e Juntas Eleitorais serão exercidas pelo Promotor Eleitoral.

23. (MPE-RS/MPE-RS - 2021) Com relação à atuação do Ministério Público na seara eleitoral, assinale a alternativa correta.

A) Compete aos Procuradores de Justiça exercer perante os Tribunais junto aos quais servirem as atribuições eleitorais relativas aos feitos atinentes às eleições municipais.

B) Perante os Juízes Eleitorais, funcionarão os membros do Ministério Público Estadual, designados pelo Procurador-Geral Eleitoral.

C) O Procurador Geral de Justiça é o chefe do Ministério Público Eleitoral.

D) Verificada infração penal eleitoral, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 (dez) dias.

E) Em cada capital de Estado, haverá um Procurador de Justiça com atribuições para oficiar na matéria eleitoral.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O promotor eleitoral atuará perante o juiz eleitoral e a junta eleitoral nas eleições Municipais.

A **alternativa B** está incorreta. Vamos lembrar que MP Estadual atuará por delegação do MP Federal neste caso. A designação será feita pelo Procurador Regional Eleitoral.

A **alternativa C** está incorreta. O chefe do Ministério Público Eleitoral é o Procurador Geral Eleitoral e o cargo será exercido pelo Procurador Geral da República.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Está é a previsão do art. 357 do CE.

Art. 357. Verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 (dez) dias.

A **alternativa E** está incorreta. Conforme o art. 27 do CE atuarão perante os TREs um Procurador da República.

Art. 27. Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Procurador da República no respectivo Estado e, onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Procurador Geral da República.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

Alistamento Eleitoral

24. (CESPE/MP-SC – 2023) Considerando as disposições legais e doutrinárias acerca do alistamento eleitoral, julgue o seguinte item.

Admite-se como domicílio eleitoral qualquer lugar onde o eleitor possua vínculo específico, seja ele familiar, econômico, social ou político, uma vez que esse domicílio é definido como o local, permanente ou não, de residência do eleitor.

Comentários

Sobre o tema, vejamos o que dispõe a Res. 23.659/2021:

> Art. 23. Para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município.

Corroborando o tema, as lições de José Jairo Gomes:

> Admite-se como domicílio eleitoral qualquer lugar em que o cidadão possua vínculo específico, o qual poderá ser familiar, econômico, social ou político. GOMES, José J. Direito Eleitoral. Grupo GEN, 2023.

Assim, a assertiva está **correta**.

25. (CESPE/MP-SE – 2022) De acordo com a Constituição Federal, as pessoas analfabetas têm direito

A) ao alistamento eleitoral, ao voto e à elegibilidade a cargo político-eletivo.

B) apenas ao alistamento eleitoral e ao voto.

C) apenas ao alistamento eleitoral.

D) apenas à elegibilidade a cargo político-eletivo.

E) apenas ao voto.

Comentários

O analfabeto é inelegível. Apesar disso, é facultado a ele o alistamento eleitoral e o voto. Essa conclusão pode ser retirada dos seguintes dispositivos constitucionais:

> Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
>
> § 1º O **alistamento eleitoral e o voto** são:
>
> II - facultativos para: a) os analfabetos;


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Assim, correta a **alternativa B**.

PARTIDOS POLÍTICOS

26. (CESPE/Soldado Bombeiro Militar - 2024) - De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a respeito da filiação partidária dos militares, julgue os seguintes itens.

I- O militar da ativa que contar com mais de 10 anos de serviço e obtiver êxito nas eleições será transferido para a inatividade, em até 180 dias após a diplomação.

II. A condição constitucional de elegibilidade da filiação partidária é exigível de todos os militares da reserva.

III. A filiação partidária é exigível do militar da ativa que pretenda concorrer a cargo eletivo, sob pena de indeferimento do pedido de registro da candidatura.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item II está certo.

C) Apenas os itens I e III estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

O **ITEM I** está errado. A transferência para a inatividade ocorre NO ATO DE DIPLOMAÇÃO. Assim, não há prazo de 180 dias para tanto. Nesse sentido:

CRFB/88. Art. 14. § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, **no ato da diplomação**, para a inatividade.

O **ITEM II** está certo. Em se tratando de militar da reserva, impõe-se a sua filiação. Nesse sentido as lições de José Jairo Gomes:

Observe-se que, se o militar já estiver na reserva remunerada, impõe-se sua filiação partidária pelo prazo legal.

No mesmo sentido é o entendimento do TSE:


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

> TSE: 5. O militar da ativa que contar com mais de 10 (dez) anos de serviço e lograr êxito nas eleições será imediatamente transferido para a inatividade quando for diplomado, por força da aplicação do art. 14, § 8º, inciso II, da Constituição Federal, sendo irrelevante a mora dos órgãos públicos na averbação em seus registros dessa mudança do estado jurídico do diplomado. **6. A condição constitucional de elegibilidade da filiação partidária (art. 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal) é exigível de todos os militares da reserva, uma vez que a vedação art. 142, inciso V, da Constituição Federal atinge apenas os militares que exercem serviço ativo.** . (Recurso Contra Expedição de Diploma nº060391619, Acórdão, Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 25/08/2020)

O **ITEM III** está errado. Ao militar da **ATIVA** não é exigível filiação partidária. Sobre o tema, dispõe a Constituição Federal:

> CRFB/88. Art. 142. (...) V - o militar, enquanto em serviço **ativo**, não pode estar filiado a partidos políticos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Assim, apenas o **ITEM II** está certo, de modo que deveria ser assinalada a **alternativa B**.

27. (CESPE/Pref Maringá - 2022) A respeito das normas às quais estão submetidos os partidos políticos, assinale a opção correta.

A) Os partidos políticos são constituídos na forma de pessoa jurídica de direito público e equiparados às entidades paraestatais.

B) Os partidos políticos com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral poderão divulgar propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na televisão, por meio exclusivo de inserções e com a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa.

C) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

D) A federação, composta por dois ou mais partidos, atuará como se fosse uma única agremiação partidária, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral.

E) Os partidos políticos podem receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário procedente de entidade de classe ou sindical.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O partido político é pessoa jurídica de direito **privado**.

> Lei 9.096/1995. Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

A **alternativa B** está incorreta. São vedadas nas inserções a a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

> Lei 9.096/1995. Art. 50-B. (...) § 4º Ficam vedadas nas inserções: *(Incluído pela Lei nº 14.291, de 2022)*
>
> I - a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa; *(Incluído pela Lei nº 14.291, de 2022)* (...)

A **alternativa C** está incorreta. A personalidade jurídica é adquirida na forma da lei civil e não com o registro do estatuto no TSE, que é ato posterior.

> Lei 9.096/1995. Art. 7º O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

A **alternativa D** está correta. Trata-se do disposto na lei 9.096/1995.

> Lei 9.096/1995. Art. 11-A. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária. (Incluído pela Lei nº 14.208, de 2021)

A **alternativa E** está incorreta. É vedado o recebimento de tais recursos.

> Lei 9.096/1995. Art. 31. É **vedado** ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:
>
> IV - entidade de **classe** ou **sindical**.

28. (CESPE/ALE-CE - 2021) Determinado partido político, ao elaborar seu planejamento estratégico, estabeleceu metas que demandam emprego de recursos superiores aos disponíveis para os anos seguintes. Nessa situação hipotética, algumas possibilidades são objeto de debate em seus órgãos de direção. Assinale a opção correspondente à única que encontra amparo em lei.

A) Reduzir, em caráter temporário, assegurada a compensação posterior em benefício das atividades-fim do partido, os repasses de recursos do fundo partidário previstos para a criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa, doutrinação e educação política, e para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política de mulheres.

B) Definir regras de contribuição de recursos para filiados, por meio de mensalidades, e projetar campanhas de arrecadação entre cidadãos não filiados, observado o disposto na lei.

C) Empregar parte dos recursos disponíveis para investimento em empresas de elevada lucratividade e utilizar o retorno desse investimento em atividades assinaladas, pelo planejamento, como prioritárias.

D) Solicitar apoio financeiro temporário de cooperativas, organizações não governamentais, organizações empresariais e de trabalhadores, de preferência dos ramos de atividade vinculados com a história, os objetivos e a agenda programática do partido.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

E) Promover campanha de arrecadação de fundos, por meio da internet, assegurado o anonimato dos doadores.

Comentários

Os principais mecanismos de financiamento dos partidos políticos são as contribuições dos filiados e a arrecadação entre cidadãos não filiados, observando-se as regras de doação previstas na Lei n. 9.504/1997, a qual exige a identificação dos doadores.

Portanto, a única medida que encontra amparo legal é a prevista na **alternativa B**, que é correta e é o gabarito da questão.

29. (CESPE/MPE-TO - 2022) O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos pode ser utilizado para custear despesas com

I impulsionamento de conteúdo na Internet.

II compra de passagens aéreas para não filiados.

III a contratação de advogado.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item III está certo.

C) Apenas os itens I e II estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

Comentários

A **assertiva I** está correta. O art. 44, XI, da Lei n. 9.096/1995, autoriza a utilização de recursos do fundo partidário para o custeio de impulsionamento de conteúdo em provedor de aplicação de internet:

> Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:
>
> XI - no custeio de impulsionamento, para conteúdos contratados diretamente com provedor de aplicação de internet com sede e foro no País, incluída a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet, inclusive plataforma de compartilhamento de vídeos e redes sociais, mediante o pagamento por meio de boleto bancário, de depósito identificado ou de transferência eletrônica diretamente para conta do provedor, proibido, nos anos de eleição, no período desde o início do prazo das convenções partidárias até a data do pleito. *(Redação dada pela Lei nº 14.291, de 2022)*

A **assertiva II** está correta. Os beneficiários dos gastos com passagens aéreas não precisam ser filiados ao partido. O próprio partido define os critérios para a compra das passagens, de acordo com o art. 37, § 10:


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

Art. 37. [...]

§ 10. Os gastos com passagens aéreas serão comprovados mediante apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, e os beneficiários deverão atender ao interesse da respectiva agremiação e, nos casos de congressos, reuniões, convenções, palestras, poderão ser emitidas independentemente de filiação partidária segundo critérios interna corporis, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim. *(Redação dada pela Lei nº 13.877, de 2019)*

A **assertiva III** está correta. É possível a aplicação dos recursos do fundo partidário na contratação de serviços de advocatícia:

Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

VIII - na contratação de serviços de consultoria contábil e advocatícia e de serviços para atuação jurisdicional em ações de controle de constitucionalidade e em demais processos judiciais e administrativos de interesse partidário, bem como nos litígios que envolvam candidatos do partido, eleitos ou não, relacionados exclusivamente ao processo eleitoral; *(Incluído pela Lei nº 13.877, de 2019)*

Como todas as assertivas estão certas, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão.

30. (CESPE/MPE-TO - 2022) Conforme a Emenda Constitucional nº 111/2021, para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), nas eleições realizadas de 2022 a 2030, serão computados em dobro os votos dados a

A) candidatos negros para o Senado Federal.

B) candidatos indígenas para cargos no Poder Executivo.

C) candidatas mulheres para a Câmara dos Deputados.

D) candidatos deficientes para o Senado Federal ou para a Câmara dos Deputados.

E) candidatas LGBTQIA+ para o Senado Federal ou para a Câmara dos Deputados.

Comentários

De acordo com o art. 2º da Emenda Constitucional n. 111/2021, são contados em dobro os votos dados a candidatas mulheres e a candidatos negros para a Câmara dos Deputados, para fins de distribuição do FEFC:

EC 111/2021:

art. 2º Para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

Assim, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

31. (CESPE/ALE-CE - 2021) No que concerne à criação e organização de partidos políticos, assinale a opção correta.

A) A lei não impõe restrições à criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

B) Exaurido o prazo máximo de oito anos de vigência de um órgão provisório do partido político, ocorre a extinção automática desse órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

C) O estatuto do partido deve prever regras relativas à transparência das informações partidárias e à responsabilização de seus dirigentes em casos de infração de regra estatutária.

D) É vedado ao partido adotar uniforme para seus membros.

E) Para manter seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, o partido político deve comprovar, a cada dois anos, seu caráter nacional, por meio de número de filiados equivalente ao de assinaturas exigidas para seu registro inicial.

Comentários

A **assertiva A** é incorreta. A Lei n. 9.096/1995 estabelece procedimentos para a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, não se tratando de ato estritamente sob discrição dos próprios partidos.

A **assertiva B** é incorreta. Pelo contrário, a lei veda a extinção automática e o cancelamento do CNPJ tão somente em razão do escoamento do prazo de vigência, de acordo com o art. 3º, § 4º:

> Art. 3º [...]
>
> § 4º Exaurido o prazo de vigência de um órgão partidário, ficam vedados a extinção automática do órgão e o cancelamento de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). *(Incluído pela Lei nº 13.831, de 2019)*

A **assertiva C** é incorreta. Pelo contrário, a lei veda a extinção automática e o cancelamento do CNPJ tão somente em razão do escoamento do prazo de vigência, de acordo com o art. 3º, § 4º:

> Art. 15. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre:
>
> I - nome, denominação abreviada e o estabelecimento da sede no território nacional; (Redação dada pela Lei nº 13.877, de 2019)
>
> II - filiação e desligamento de seus membros;
>
> III - direitos e deveres dos filiados;
>
> IV - modo como se organiza e administra, com a definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de eleição dos seus membros;


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

> V - fidelidade e disciplina partidárias, processo para apuração das infrações e aplicação das penalidades, assegurado amplo direito de defesa;
>
> VI - condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas;
>
> VII - finanças e contabilidade, estabelecendo, inclusive, normas que os habilitem a apurar as quantias que os seus candidatos possam despender com a própria eleição, que fixem os limites das contribuições dos filiados e definam as diversas fontes de receita do partido, além daquelas previstas nesta Lei;
>
> VIII - critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos de nível municipal, estadual e nacional que compõem o partido;
>
> IX - procedimento de reforma do programa e do estatuto.
>
> X - prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher. (Incluído pela Lei nº 14.192, de 2021)

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. O art. 6º veda a doção de uniformes pelos membros dos partidos:

> Art. 6º É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros.

A **assertiva E** é incorreta. Não há previsão da necessidade de demonstração periódica do caráter nacional, mas esse fato poderia ser alegado em eventual ação de desconstituição do registro do estatuto partidário.

32. (CESPE/MPE-TO - 2022) Em 2021, foi incluído o instituto da federação partidária na Lei dos Partidos Políticos e na Lei das Eleições, o que possibilita a atuação conjunta das legendas. A esse respeito, assinale a opção correta.

A) O registro da federação partidária deve se dar no tribunal regional eleitoral de cada estado e do Distrito Federal.

B) A federação partidária poderá ser integrada por partidos com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e por partidos com pedido de registro protocolados no tribunal.

C) Os partidos integrantes da federação partidária deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, dois anos.

D) A federação partidária terá abrangência estadual e do Distrito Federal, podendo ter abrangência nacional mediante aprovação pela maioria absoluta dos votos em convenção nacional de cada um dos partidos políticos integrantes.

E) Aplicam-se à federação partidária todas as normas que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária.

Comentários


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

A **assertiva A** é incorreta. O registro das federações é no TSE, conforme o art. 11-A, *caput*, da Lei n. 9.096/1995:

> Art. 11-A. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária

A **assertiva B** é incorreta. Somente partidos com registro definitivo no TSE podem integrar federação partidária:

> Art. 11-A. [...]
>
> §3º. A criação de federação obedecerá às seguintes regras:
>
> I – a federação somente poderá ser integrada por partidos com **registro definitivo** no Tribunal Superior Eleitoral;

A **assertiva C** é incorreta. O tempo mínimo de filiação é de 4 anos:

> Art. 11-A. [...]
>
> §3º. A criação de federação obedecerá às seguintes regras:
>
> II – os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos;

A **assertiva D** é incorreta. As federações devem ter abrangência nacional:

> Art. 11-A. [...]
>
> §3º. A criação de federação obedecerá às seguintes regras:
>
> IV – a federação terá abrangência nacional e seu registro será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. As mesmas regras de funcionamento parlamentar e de filiação partidária se aplicam às federações:

> Art. 11-A[...]
>
> §1º. Aplicam-se à federação de partidos todas as normas que regem o funcionamento parlamentar e a fidelidade partidária.

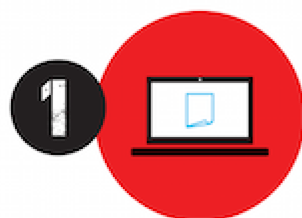

ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

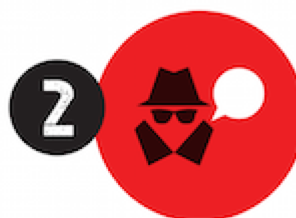
ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:

PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



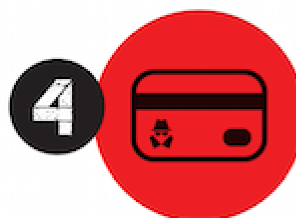
Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



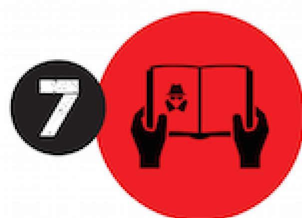
Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



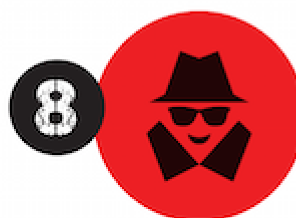
Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso





APONTE SUA CAMERA



O objetivo da "Trilha do Concurseiro" é proporcionar uma preparação acessível e viável para todos os candidatos. Reconhecemos que nem todos têm acesso a plataformas de cursos online, seja devido ao custo ou à falta de equipamentos. Para aqueles que desejarem e tiverem condições de assinar, compartilhamos a seguir os links de algumas plataformas de cursos que usamos como referência:

grancursos
estrategia
wikipedia (ref em pesquisa)

R RESTRICTED
TRILHA DO CONCURSEIRO ®